



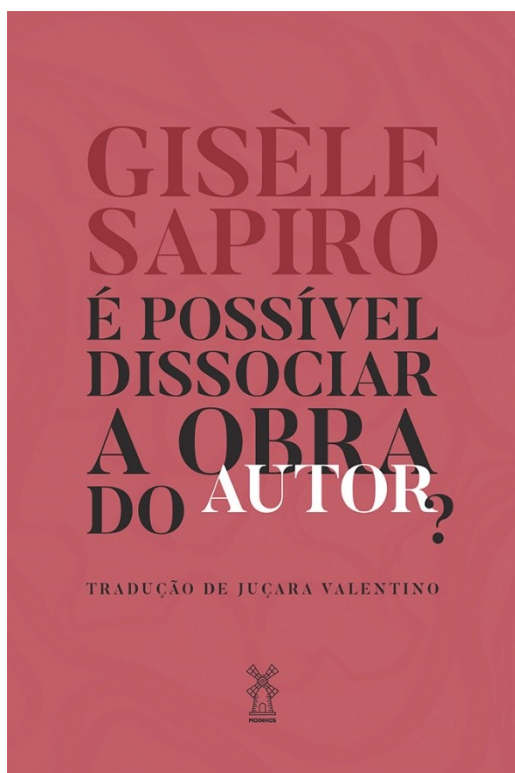
**SAPIRO, Gisèle. É possível dissociar a obra do autor? Tradução de Juçara  
Valentino. Belo Horizonte: Moinhos, 2022. 184p.**

Karina Regalio Campagnoli\*

 <https://orcid.org/0000-0002-6068-7073>

Jaine dos Santos Floriano\*\*

 <https://orcid.org/0000-0002-5345-882X>



O livro *É possível dissociar a obra do autor?*, escrito por Gisèle Sapiro e traduzido por Juçara Valentino, publicado no Brasil pela Editora Moinhos, trata da relação entre a moral do autor e a moral da obra, lançando luz a casos polêmicos, no contexto contemporâneo que é perpassado pela “cultura do cancelamento”.

Como o próprio nome do livro já diz, Sapiro, ao longo de seu trabalho, traz diversos exemplos e questionamentos sobre como o posicionamento do autor pode impactar no olhar do público sobre sua obra. Nesse livro, a autora parte da ideia de que os conceitos de autor e de obra são construções sociais, que se modificam ao longo da história. A pesquisa de Sapiro baseia-se em pesquisas anteriores da autora bem como em obras e posicionamentos públicos de intelectuais, artistas e mediadores culturais.

Na primeira parte do livro, partindo de teorias filosóficas dos nomes próprios e da noção de autor utilizada por Foucault assim como de sua própria teoria baseada na tripla relação entre

metonímica, semelhança e intencionalidade, Sapiro (2022) analisa a identificação e os limites entre

\* Doutoranda em Educação. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: <karinaregalio@hotmail.com>.

\*\* Doutoranda em Educação. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: <jaine.f@hotmail.com>.

o autor e sua obra. Na sequência, passando à segunda parte do livro, ela traz exemplos de casos de autores que sofreram severas críticas por suas condutas consideradas repreensíveis.

Os posicionamentos de crítica dividem-se em duas vertentes: a primeira considera que se deve separar o posicionamento do autor de sua obra, que deve ser apreciada pelo seu próprio valor, independentemente da moral do seu autor. Enquanto a segunda vertente entende que não é possível fazer essa dissociação, sendo passível de censura, por exemplo, obras escritas por autores racistas, sexistas e antissemitas.

Sapiro (2022) ainda pontua que, embora esse questionamento sobre a distinção entre a moral do autor e de sua obra tenha ganhado destaque nos últimos anos pelos movimentos feministas, essa é uma discussão antiga, que, em ambas as posições, têm adeptos no mundo todo. Sem aderir a posições extremas, a autora opta por adotar uma posição intermediária que, apesar de não negar a relação entre a moral do autor e a moral da obra, busca realizar uma análise da obra de forma relativamente autônoma, considerando seu campo de produção cultural, desde que não incite o ódio. A autora faz questão de enfatizar que a intenção de seu livro é oferecer subsídios para a reflexão sobre as obras e seus autores, deixando para o leitor, de forma individual, a tomada de decisão. Nesse sentido, ganha destaque o debate público sobre as condições de produção das obras e sobre os autores.

A primeira parte do livro, intitulada “O autor e a obra”, contempla três capítulos, em que a autora trata da relação do autor e sua obra por meio das estratégias mobilizadas pelo nome próprio como forma de capital simbólico. Nessa acepção, Sapiro (2022) traz exemplos de como os autores das obras podem utilizar a estratégia de usar pseudônimos ou “nome de autores” diferentes de seu nome civil, justamente para evitar a crítica e a relação entre seus posicionamentos pessoais e suas obras.

No primeiro capítulo, Sapiro (2022) inicia seu trabalho analisando a relação metonímica entre o autor e a obra, baseando-se na ideia de “função autor” de Foucault, para a qual o conjunto de obras são atribuídas ao sujeito, e lhe pertencem, não tendo como dissociá-los. Nessa perspectiva, o nome do autor serviria como uma etiqueta para o conjunto de sua obra, formando um todo que deve ser coerente. Todavia, essa coerência nunca é completa, por isso perpassa a questão da instabilidade do perímetro da obra e sua unidade.

Por razões políticas, morais ou estéticas, um autor pode decidir afastar-se de sua obra, sendo uma atitude de autodesresponsabilização, ou, ainda, retratar-se ou modificar parte do que escreveu, conforme as críticas feitas pela apreciação do público ou pelo contexto político em que o autor está inserido. Essas modificações podem ser feitas inclusive após a morte do autor, dado que essas reinterpretações podem ser realizadas por aqueles que ficam responsáveis pelo controle e pelos direitos das obras. Desse modo, a construção da obra perpassa, para além das estratégias do autor, estratégias de outros atores, como os detentores dos direitos autorais, os editores, os críticos, os tradutores, dentre outros.

Nesse mesmo capítulo, Sapiro (2022) analisa a questão da organização da coerência entre o estilo adotado pelo autor e a escrita de suas obras, sendo possível o uso de determinadas estratégias de escrita, que levam à mudança do posicionamento intelectual do autor ou de seu estilo, que ocorrem devido a transformações no campo, podendo trazer impactos à coerência de suas obras. Desse modo, essas mudanças podem levar as obras a serem divididas por períodos. Por fim, Sapiro (2022) ainda aborda a questão dos prêmios, visto que, embora estes sejam destinados às obras, quem acaba por ser consagrado são os autores que as escreveram.

No segundo capítulo, Sapiro (2022) trata da relação de semelhança entre a obra e seu autor, como pessoa. Desse modo, entende-se que a pessoa do autor pode ser reconhecida em cada uma de suas obras; então, a moral do autor está estreitamente relacionada à moral da obra. Essa análise é extrema, por relacionar questões internas e psicológicas do autor com suas obras. Nesse sentido, Sapiro (2022) analisa a questão de processos judiciais literários, em que a análise de obras incriminadas é acompanhada pela análise da pessoa do autor. Perpassando essas questões, aborda-se o quesito da distinção entre autor, narrador e suas personagens na literatura moderna, bem como analisa as questões de escritas de si mesmo, por meio de diários, em que há a unificação entre a identidade do autor e do narrador.

Por fim, é abordado o distanciamento que o autor pode ter de sua obra, por meio de um “duplo ficcional”, em que o autor escreve sobre questões polêmicas, sem se comprometer com o que é defendido na obra, como é o que ocorre mais frequentemente na literatura. Pensando em termos bourdieusianos, a autora defende que o grau de semelhança entre a obra e seu autor toma forma, sobretudo, pelo *habitus* e pela *trajetória* (individual e coletiva) do autor, bem como por suas estratégias adotadas no campo da produção cultural.

Essa perspectiva dialoga com o exposto por Sapiro em uma entrevista concedida a Nêvio de Campos (SAPIRO; CAMPOS, 2022), em que, ao ser questionada sobre a relevância de confrontar os discursos dos autores com suas práticas, ela responde que realmente essa correlação deveria ocorrer, asseverando que “[...] esse paradoxo dos usos heterônomos de discursos autônomos é perfeitamente transponível para outras situações e pode ser, em alguns casos, uma hipótese heurística” (SAPIRO; CAMPOS, 2022, p. 10).

No terceiro capítulo, Sapiro (2022) aborda a questão da intencionalidade ou causalidade interna entre autor e obra, citando a noção sartriana de uma concepção espiritualista da obra como um projeto de vida do autor e trazendo ao debate concepções de diferentes pensadores, como Weber e Bourdieu. Com o conceito de *habitus*, estratégias e crenças, Bourdieu tenta ultrapassar a oposição entre a causalidade mecânica e o finalismo. Desse modo, os autores inseridos em determinados campos utilizam-se de **razões práticas** que não precisam ser conscientes e ter a coerência de um projeto. Assim, o autor representaria o campo como um todo e não apenas um indivíduo singular. Todavia, vale salientar que as consequências de uma obra e as apropriações feitas pelo público leitor podem se distanciar das intenções do autor quando ele a escreve, sendo essa questão analisada ao longo do capítulo.

Nesse sentido, Sapiro (2022) traz diversos exemplos para mostrar que a obra nem sempre vai ser entendida como inteiramente decorrente das intenções de quem a escreveu. Todavia, demonstra ser importante o debate sobre as violências simbólicas que as obras podem representar e sobre suas condições de produção e de recepção.

Na segunda parte do livro, intitulada “Autores infames”, composta por três capítulos, Sapiro (2022) preocupa-se em analisar os argumentos utilizados pelos autores em obras consideradas polêmicas. Para isso, ela apresenta duas perspectivas de abordagem em relação aos autores: a primeira delas diz respeito aos comportamentos privados considerados ofensivos. Já a segunda remete aos comportamentos ideológicos indecorosos ou reprováveis.

No quarto capítulo, Sapiro (2022) discute os casos de abuso de autoridade de autores que, na esfera privada, tiveram comportamentos ultrajantes e que, ao discorrerem sobre temas como estupro e pedofilia em suas obras, foram criticados por seus pares. Um desses casos refere-se à Roman Polanski, um famoso diretor de cinema, acusado de subjugar jovens atrizes com as quais

trabalhava, caracterizando relações de gênero com abuso de poder. Entre os argumentos de que Polanski fez uso para se defender, encontram-se: a apelação à liberdade da arte, com a consequente separação entre autor e obra; a minimização dos atos praticados, mesmo os que constam em lei como crimes; o vitimismo do autor, no sentido de justificar suas atitudes em virtude de uma vida repleta de sofrimentos; e a culpabilização das vítimas, no intuito de desqualificar as queixas.

O caso de Bertrand Cantat, acusado de assassinar sua esposa, também é problematizado por Sapiro (2022), especificamente no momento em que o cantor volta a realizar *shows*, culminando em muitas críticas e protestos, especialmente por parte de grupos feministas, como se o retorno às atividades profissionais representasse a “[...] aceitação social das violências masculinas” (SAPIRO, 2022, p. 91) e a banalização dos sofrimentos das vítimas.

Sapiro (2022) também aborda as questões que envolvem o recebimento de importantes prêmios por esses autores, como se eles se configurassem em uma consagração e um reconhecimento públicos, incluindo, aqui, além de representantes da literatura, diretores, músicos e cantores, como os apresentados nos parágrafos antecedentes.

Ainda no quarto capítulo, Sapiro (2022) apresenta outro caso escandaloso, ocorrido com o autor Gabriel Matzneff, conhecido como “escritor-pedófilo”, que, diferentemente de Polanski, foi acusado de transformar em obra suas atitudes abjetas de atos sexuais com crianças, algo já consolidado em lei como crime. Muitos autores criticaram a postura de Matzneff, caracterizado como narcisista, negacionista, que exercitava o machismo em seus veios mais abomináveis no tratamento de suas vítimas e, também, com jornalistas (mulheres) que ousavam questionar seus escritos ultrajantes. Esse autor foi acusado de humilhar as mulheres, transformando, segundo a escritora Denise Bombardier, citada por Sapiro (2022), a literatura em *álibi*, de modo que seus crimes de pedofilia pudessem ser justificados como fontes de inspiração para suas obras.

No quinto capítulo, Sapiro (2022) aborda, com mais profundidade, a questão da problemática dos engajamentos dos autores em relação a temas como o antissemitismo, o sexismo, o racismo e o nazismo, por exemplo. Nesse capítulo, a autora também discorre sobre os diferentes desdobramentos que as críticas a esses posicionamentos comprometedores podem acarretar, como: culpa, vergonha, desculpa, perdão, silêncio, censura, apagamento, arrependimento, questões autobiográficas, reedições de obras, responsabilidade, direitos humanos, entre outros, salientando a ambiguidade que muitos desses textos apresentam.

Um dos casos mais emblemáticos versa sobre Martin Heidegger e sua visão antissemita, personificada, principalmente, na obra *Cahiers noirs*. Sapiro (2022) reflete sobre a viabilidade de que toda uma filosofia própria do autor esteja contemplada em seus livros, ou seja, traduzida em sua obra, revelando seu inconsciente, sua visão de mundo, demonstrando, portanto, que seria impossível separar a vida e a obra do autor. Bourdieu (1989), na obra *A ontologia política de Martin Heidegger*, problematiza e aprofunda essas questões, analisando o complexo processo de formação do autor, em meio aos contextos sociais, políticos, econômicos, culturais e intelectuais em que ele se encontrava imerso. Sobre isso, Campos (2022, p. 10) ressalta a relevância da “multiplicidade dos condicionantes” no processo de conformação de um intelectual.

Sapiro (2022) também problematiza a obra de Charles Maurras, repleta de vieses antissemitas, incluindo alusões claras de apoio aos alemães durante a ocupação nazista na França durante a Segunda Guerra Mundial, além de defender o autoritarismo e a manutenção das hierarquias sociais, posicionando-se, inclusive, a favor da morte de reféns, confirmando, assim, um preconceito racista que estrutura toda a construção de sua obra, a exemplo de Heidegger.

Ao trazer para a discussão casos mais recentes, Sapiro (2022) cita a situação dos autores Renaud Camus e Richard Millet, ambos com trajetórias literárias em declínio e que elencaram a provocação como estratégia para chamar atenção de seus pares e, assim, manter-se em posição no universo literário. Camus posicionava-se como antissemita, propagandeando também opiniões criminosas sobre a ideologia permanente de superioridade, mostrando-se contra políticas de imigração. Ele foi condenado por incitação ao ódio e à violência em razão da religião, especificamente, nesse caso, o islã. A condenação de Camus traz à baila o debate sobre a responsabilidade dos escritores, tema já abordado por Sapiro (1999), levantando as discussões sobre as questões antissemitas, racistas, homofóbicas, radicalismos e xenofobia. Richard Millet também pode ser caracterizado como um adepto do gênero panfletário, defendendo a concepção de decadência da cultura francesa desde Maio de 1968, em razão da perda de identidade a partir da imigração e do multiculturalismo, pregando a ideia do “racismo de inteligência” e se apresentando como uma vítima da ideologia atual dominante. Sapiro (2022) explica que Millet faz uso do ódio como arma de persuasão e defende as concepções de homem branco, heterossexual, católico e erudito como verdades inabaláveis e que devem ser mantidas a todo custo, em um exemplo de dominação simbólica que prega o universalismo em detrimento do relativismo cultural.

Todos esses autores que foram apresentados até aqui remetem ao debate em prol da defesa dos valores universais, incluindo os direitos humanos, o combate à xenofobia e ao radicalismo, o antirracismo, a igualdade dos sexos e a condenação de qualquer extremismo identitário, superando o debate sobre as “raças”, pois, conforme preconizado por Jean-Marie Gustave Le Clézio, citado por Sapiro (2022, p. 152): “a raça humana é a única raça”.

Sapiro (2022) argumenta que essas discussões também perpassam pelas tentativas de restrição dos adversários ao silêncio, com a imposição de obstáculos que impedem o debate, limitando o espaço ao contraditório. Além disso, os autores podem se expressar de forma velada em suas obras, fazendo uso de estratégias como a formalização conceitual ou a estetização, com o intuito de sublimar suas intenções mais profundas.

No sexto capítulo, Sapiro (2022) discorre sobre as ambiguidades e o preço que os posicionamentos impõem aos autores. Ela explora, principalmente, a trajetória do escritor austríaco Peter Handke, ganhador do prêmio Nobel de Literatura em 2019. Apesar de Handke não ser considerado um incitador da violência e defensor de pautas contra os direitos humanos, ele foi extensamente questionado por suas opiniões frente à guerra que envolveu a ex-Iugoslávia e seu apoio em favor do ditador Slobodan Milosevic. Handke foi acusado por sua ambiguidade e por relativizar esses acontecimentos, privilegiando o ponto de vista sérvio e desenvolvendo uma óptica negacionista que advinha de uma espécie de silêncio de suas obras, pois, de acordo com Sartre, citado por Sapiro (2022, p. 160), “[...] o silêncio compromete tanto quanto a palavra”, criando empecilhos e cobrando, algumas vezes, um alto preço pelos posicionamentos dos autores.

Na conclusão, Sapiro (2022) novamente lança a questão sobre ser possível dissociar obra e autor, respondendo que essa pergunta comporta tanto o sim quanto o não. A autora explica que a identificação do autor com a obra nunca é completa, pois nesse processo devem ser considerados muitos quesitos como os envolvidos na construção, os espaços dos possíveis e uma infinidade de intervenções, intermediários e mediações que vão se constituindo ao longo da dinâmica de se elaborar uma obra. Essas problematizações relacionam-se ao conceito de autonomia, termo cunhado por Bourdieu e bastante discutido por Sapiro em diversas produções. Na já citada entrevista que a autora concedeu a Névio de Campos (SAPIRO; CAMPOS, 2022, p. 2), ela considera que “[...] os posicionamentos políticos dos escritores se explicam não apenas por suas

tendências ético-políticas, mas também por suas posições no campo literário [...]”, podendo, portanto, serem reconhecidos como uma característica “[...] da autonomia relativa que o campo exerce entre as inclinações e as tomadas de posição” (SAPIRO; CAMPOS, 2022, p. 2).

As reflexões propostas por Campos (2022, p. 6) somam-se a esse debate, quando o autor afirma que, na visão de Bourdieu, “[...] não é possível dissociar uma obra da trajetória do/a autor/a”. Campos ainda faz uma ressalva, explicando que: “No entanto, uma ideia não poderá ser compreendida apenas pelos elementos externos. Ao estudo dos pensamentos, caberá o desafio de estabelecer essas complexas relações entre as condições internas e externas” (CAMPOS, 2022, p. 6).

De todo modo, Sapiro afirma que a recepção de uma obra não é algo dado ou passivo e que as compreensões por parte dos leitores podem ser contraditórias e conflitantes. Sobre isso, Chartier (1999) assevera que o leitor, ao ter contato com uma obra, também se torna autor, pois ele fará suas apropriações a partir de seus valores e de sua visão de mundo. Além disso, a autora indica que as obras devem ser compreendidas por um viés histórico e contextualizado, uma vez que cada época codifica suas normas e leis próprias e que essas leis nem sempre são aplicadas, perspectiva essa corroborada por Campos (2022, p. 7), ao indicar que “[...] não existe pensamento puro, sem suporte social e histórico, muito embora parece haver”. Sapiro (2022) finaliza o livro defendendo que as obras devem ser analisadas interna e externamente, indo além da censura, do apagamento e da proibição e que a função do debate público é propiciar a evolução constante, tanto na teoria quanto na prática.

## Referências

BOURDIEU, P. **A ontologia política de Martin Heidegger**. Tradução de Lucy Moreira César. Campinas: Papirus, 1989.

CAMPOS, N. de. Pierre Bourdieu e a questão dos intelectuais. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 17, e20234, p. 1-18, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.17.20234.056>

CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. Tradução de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.

SAPIRO, G. **É possível dissociar a obra do autor?**. Tradução de Juçara Valentino. Belo Horizonte: Moinhos, 2022.

SAPIRO, G. **La guerre des écrivains, 1940-1953**. Paris: Fayard, 1999.

SAPIRO, G.; CAMPOS, N. de. Um diálogo: entrevista com Gisèle Sapiro. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 17, e20975, p. 1-15, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.17.20975.089>